

19º Congresso Brasileiro de Sociologia

UFSC – Florianópolis, SC

9 a 12 de julho de 2019

GT 07 – Fronteiras e Deslocamentos: o fazer sociológico nos espaços fronteiriços

Trajetória social no garimpo: a transmissão de práticas e a construção de um
habitus garimpeiro

Antonio Sabino da Silva Neto (UNIFAP/UFC)

Leonardo Damasceno de Sá (UFC)

Trajetória social no garimpo: a transmissão de práticas e a construção de um *habitus* garimpeiro

Antonio Sabino da Silva Neto¹

Leonardo Damasceno de Sá²

Introdução

“A vida por aqui é trabalhar e lidar com a sorte”.

A referida frase nos ajuda a sintetizar um contexto de conversas e de incursões a campo construído com garimpeiros e com comerciantes que vivem a partir das engrenagens que movimentam economicamente a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. As categorias trabalho e sorte são norteadoras que nos ajudam a problematizar trajetórias de agentes sociais que buscam na fronteira franco-brasileira oportunidades de ascensão social.

Assim, seguimos as trilhas de Rabossi (2015), que aponta que os mercados de troca nas fronteiras possuem compreensões de espaço e de tempo específicos. Nesta perspectiva, as fronteiras propiciam permanências e mudanças; caracterizam modos de uso e de trânsito no espaço físico, como também põe em xeque uma visão utilitarista das relações entre Estados, ao propor concepções que tencionam contextos nomeados como ilegais pela polícia ou na mídia.

De início, é importante ressaltar que há um esquema de percepção e avaliação difuso entre as populações nordestinas e amazônicas segundo o qual, inclusive por concentrar elevada quantidade de recursos naturais, a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa é auspiciosa e promissora para aqueles que desejam fazer fortuna. Guiados por este princípio de visão, nortistas e

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professor de Ciências Sociais do curso de Direito da Universidade Federal do Amapá. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Política e Conflitos Sociais (Unifap) e do Laboratório de Estudos da Violência (UFC).

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará.

nordestinos migram desde o início do século XX para as florestas franco-brasileiras em busca de metais preciosos, especialmente, em busca do ouro (ALCINO, 1970). São em sua maioria paraenses, cearenses e maranhenses que desbravam as terras fronteiriças e deflagram intenso trabalho em garimpos, sejam legais ou ilegais (SOARES; CHELALLA, 2009; ANDRADE, 2008).

Entre estes trabalhadores existem aqueles que transitam diariamente entre os dois países, pois se empregam em um lado do rio e residem no outro (ANDRADE, 2008). Outros migrantes utilizam Oiapoque³, muitas vezes, como ponto de passagem para os garimpos ilegais existentes nas florestas da Guiana Francesa e do Suriname (SILVA, 2016). Em campo, colhemos relatos que informam que estes dois tipos de mobilidade acontecem antes mesmo da década de 1970 por garimpeiros que vivenciaram o “fuxico do ouro”⁴, e que, atualmente, utilizam de outras atividades trabalhistas para sobreviver. Muitos aplicaram os recursos financeiros que obtiveram da garimpagem; outros, como contam os residentes locais, “gastaram tudo com mulheres e porres”.

Em trabalho de campo em Oiapoque, desenvolvido durante os últimos dois anos, pudemos identificar histórias de vida que se relacionam diretamente com a migração daqueles que encontraram na fronteira franco-brasileira um local para construir suas trajetórias (BOURDIEU, 1986). Além da busca por recursos financeiros, muitos permaneceram na localidade pelo destaque obtido como homens “respeitados” pela comunidade oiapoquense, feito não alcançado em suas cidades de origem.

Foi a partir deste contexto que Oiapoque efetivamente se caracterizou como núcleo urbano nas três últimas décadas do século XX. É válido salientar que esta frente de expansão fronteiriça foi consolidada após a criação de cinco colônias agrícolas entre os anos de 1954 e 1956 no Território do Amapá – à

³ Segundo o IBGE, no ano de 2017, a cidade de Oiapoque possuía 25514 habitantes, sendo 1/3 desta população de origem indígena.

⁴ O “fuxico do ouro” é relatado entre os moradores de Oiapoque quando se referem à época em que era possível pegar uma bateia – peneira que serve como ferramenta para classificar o ouro do cascalho – e ir a margem do rio e retirá-lo sem as dificuldades que existem em garimpos que utilizam explosivos. Momento de maior efervescência da atividade aurífera em Oiapoque.

época recentemente fundado – dentre as quais se destacam a Colônia Agrícola do Oiapoque e a Colônia Agrícola Vila Velha do Cassiporé (ANDRADE, 2008).

Vila Velha do Cassiporé atualmente é um distrito da cidade de Oiapoque, localizado próximo à estrada do Garimpo do Lourenço, o mais antigo em atividade no Brasil e que no último ano enfrentou uma operação da Polícia Federal quanto ao contrabando de ouro, através da qual foram presos importantes políticos amapaenses suspeitos de envolvimento com o tráfico internacional aurífero.

Pela grande quantidade de migrantes que vem sendo contabilizados desde a década de 1950 (ALCINO, 1970; ANDRADE, 2008; SILVA, 2014; SILVA, 2016), alguns garimpeiros afastaram-se das áreas próximas ao centro da cidade objetivando menor concorrência. Encontraram, ao subir o rio Oiapoque, uma aldeia de índios Wãpi, atual cidade de Camopi, sobre a qual existem relatos de sua existência anteriores aos anos 30 do século passado (PALHARES, 2016, p. 114).

Nesta aldeia, no lado pertencente ao território brasileiro, foi construída uma comunidade cujo nome é Vila Brasil. Formada em sua maioria por garimpeiros-comerciantes, relatos informam que esta passou a dar suporte aqueles que seguiam para os garimpos ilegais existentes tanto no território brasileiro como também em território internacional, tendo servido de apoio, muitas vezes, para pessoas que seguiam para garimpos até na Venezuela (SOARES; CHELALA, 2009; SILVA, 2016). Desde 2002 a referida comunidade está cravada dentro do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, o que gera intensos conflitos quanto a sua manutenção, tendo em vista que a moradia humana não é permitida nos parques nacionais brasileiros (SILVA NETO; LANDIM NETO, 2017).

Neste artigo, apresentamos algumas questões sobre as relações que envolvem garimpeiros e ex-garimpeiros obtidas pela pesquisa de campo na cidade de Oiapoque e no distrito de Vila Brasil, que fazem fronteira respectivamente com as cidades francesas de São Jorge de Oiapoque e de

Camopi⁵. Perceber que estas demandas estão estritamente vinculadas para o entendimento sobre os processos de criação de sociabilidades nas fronteiras, percebendo-as como elementos explicativos de um todo, como apontou Oliveira Filho (1979), se constitui como percurso deste trabalho.

Possibilidades fronteiriças

Neste trabalho, pensamos a concepção de trajetória inspirados por Bourdieu (1986; 1996; 2008). Nesta perspectiva, compreendemos que uma trajetória perpassa a construção do agente a partir das relações sociais em que ele está inserido. Isto significa dizer que uma trajetória não se configura como uma ilusão biográfica, produzida através de um discurso que caracteriza somente a ação específica de um indivíduo como determinante dos caminhos trilhados. Assim, a trajetória é melhor compreendida quando se analisa o agente através dos percursos dentro de um campo específico, repleto de lutas pela legitimidade.

As lutas pela legitimidade produzidas entre as trajetórias se caracterizam a partir de processos de distinção entre os locais ocupados dentro do campo. Cada campo possui regras específicas de organização, a exemplo do campo científico ou do campo jurídico. Pensamos que a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa também pode ser compreendida por esta lógica explicativa.

Identificamos a formação da fronteira como um campo por observamos que nele existem agentes que buscam acumular capitais para alcançar novas posições, ao levar em consideração a atual e aquela almejada. O percurso de uma trajetória no campo da fronteira pode ser observado a partir da acumulação de capitais de dois modos.

O primeiro modo é através da acumulação econômica de bens, cuja ação propicia ser dono de máquinas em garimpos, dono de carros ou embarcações para transporte de pessoas e de mercadorias, como também a mudança profissional na atuação no comércio local.

⁵São Jorge de Oiapoque, juntamente com Camopi, são duas comunas francesas que fazem fronteira com a cidade brasileira de Oiapoque - AP.

Outro modo presente no campo da fronteira baseia-se a partir de configurações de possibilidades de atuação em busca de trocas de favores, de ajudas e na transmissão de conhecimentos, sejam estes vinculados a práticas estritamente laborais, ou modos de como se portar e se tratar dentro dos garimpos. Parte, deste modo, de uma economia moral, que em determinados momentos suspende uma economia econômica do garimpo. Deste modo, o mapeamento de práticas garimpeiras, inseridas também em práticas comerciais, emerge a partir de uma organização que possibilita novos equacionamentos de sociabilidades.

Para compreendermos melhor o contexto em tela, chamamos novamente atenção para as terminologias trabalho e sorte, acionadas por agentes das mais variadas classes, sejam estes garimpeiros ou empresários que fazem parte das relações econômicas e sociais na fronteira. Estas terminologias nos ajudam a problematizar no contexto de discussão algo mais amplo, a de que mesmo entre empresários ou garimpeiros existe uma compreensão neoliberal de mercado presente.

Nesta perspectiva, partimos da terminologia *possibilidades fronteiriças* para sinalizar o universo das práticas construídas pelo comércio e pelo garimpo, ou seja, pelo ouro e pelo Euro na referida fronteira. Destarte, aponto que a questão principal está em construir um fio condutor das condutas e práticas garimpeiras; relacionando-as a um novo estilo de vida em ascensão, vinculado especialmente ao comércio com os moradores da Guiana Francesa.

Assim, as possibilidades não se traduzem necessariamente em probabilidades de opções de ação no universo em análise. Mesmo assim, esta dualidade entre possibilidades e probabilidades de ascensão social costumeiramente não põe em xeque um conhecimento comum de que o ouro e o euro são geradores de “riqueza” e propiciadores de “se dar bem”. Ou seja, o ouro e o Euro são considerados auspiciosos para propiciar uma mudança do local social ocupado no campo. Neste ponto, as percepções principais de mudança social através de atividades trabalhistas presentes nos garimpos se envolvem no percurso do trabalho aqui apresentado.

Garimpo e Comércio na fronteira

Como dito anteriormente, em torno de 1/3 da população da cidade de Oiapoque pertencente aos povos indígenas que habitam estas terras há vários séculos; contudo, outra parte dos habitantes locais é formada por migrantes de vários locais do Brasil, tendo as regiões Norte e Nordeste maior representatividade. Estes fluxos migratórios ocorreram em diversos momentos, dos quais destaco dois: ainda nos anos 1930 teve início a formação da Colônia Militar de Clevelândia do Norte, cuja função foi servir de colônia penal para militares XXX. Clevelândia é considerada o marco propulsor da formação de um núcleo urbano em Oiapoque. Outra leva de migrantes surgiu no final do século XX, especialmente a partir dos anos 1970, por aqueles que vieram em busca de metais preciosos, especialmente o ouro.

Estes agentes sociais que vieram à fronteira do Brasil com a Guiana Francesa ainda na década de 1970 criaram um universo categorial de práticas e de motivações coletivas. Estas práticas acionadas por garimpeiros no século passado, atualmente possuem configurações que englobam redes familiares, laborais e afetivas que tencionam a fronteira como campo de possibilidades.

Ao buscar, em específico, entender as microrelações produzidas pela extração do metal, se destacam as redes de relações no garimpo, caracterizada por dominar os processos de socialização para além do dinheiro em si. Nestes espaços, a moeda para a troca de comida e de outros materiais utilizados para a subsistência é o grama do ouro. Neste sentido, a economia do garimpo (ROMANI, 2011) envolve vários serviços e profissionais, não apenas o garimpeiro.

Um exemplo deste processo são os profissionais que vendem comida e bebida no garimpo, chamados de marreteiros. A nomenclatura marreteiro faz alusão aos altos preços praticados em suas vendas nos garimpos. Os marreteiros levam de Oiapoque as currutelas especiarias como feijão, arroz, cerveja, cachaça, farinha, entre outros. O preço pago por estes produtos é destoante dos valores já elevados comumente praticados nos comércios de Oiapoque. Em conversa com um marreteiro, fomos informados quais são os

principais produtos vendidos, como também os valores cobrados pelo comerciante:

Olha, meus preço são bacana. Reclama, mas ninguém faz o que eu faço. São tudo com medo da polícia do lado de lá. Num fardo de feijão de 12 kg eu cobro mais ou menos entre doze e quinze grama de ouro. Um fardo de latinha (doze cervejas em lata) eu vendo de três ou quatro grama de ouro. Doze quilos de arroz pode variar entre sete e nove grama. Agora quem (referindo-se às prostitutas) cobra caro mesmo pelo serviço (risos), cobra quinze grama.

Para os marreteiros o preço é calculado segundo a distância percorrida do centro de Oiapoque para o garimpo. Contudo, não é levado em consideração apenas o valor do investimento financeiro – a exemplo o combustível da voadeira – para atribuir o preço aos materiais vendidos. Os principais investimentos envolvidos se referem a questões como o “perigo” existente para chegar ao garimpo, como também o “risco” de ser preso ou ter os bens confiscados pela polícia francesa. Assim como na extração aurífera realizada pelos garimpeiros, ser marreteiro também é lidar com a sorte, pois segundo as palavras do entrevistado é possível “chegar com o bolso cheio de dinheiro, como também perder tudo”.

Grande parte das vendas dos marreteiros é feita aos “donos do garimpo”, proprietários das máquinas para extração do ouro, que são responsáveis por disponibilizar moradia e alimentação para os garimpeiros. Como identificado por Aquino e Vargas (2016), a moradia é, em sua maioria, constituída por lonas improvisadas armadas em uma clareira aberta para abrigar pessoas e máquinas nas proximidades do local da extração.

Isto ocorre porque nos pequenos garimpos ilegais da Guiana Francesa existe uma grande mobilidade nos locais de extração, tanto pelas incursões da polícia local nos pontos já conhecidos dentro da mata, como também pela escassez do minério após um período prolongado de extração. Não obstante, o material e a alimentação são disponibilizados somente para aqueles que “produzem”; sendo os enfermos, a exemplo daqueles picados por cobra ou que contraíram malária, enviados aos hospitais de Camopi ou de Oiapoque, cobrando-se do doente entre doze a quinze gramas de ouro pelo traslado.

Considera-se ser produtivo num garimpo a mescla de dois fatores. O primeiro fator é o trabalho por pelo menos doze horas diárias, o segundo fator é a “sorte de procurar no canto certo”. Costumeiramente, os garimpeiros se esforçam para que sua semana “seja boa”, exigindo-se uma meta mínima em torno de dez gramas de ouro para si. Em relatos obtidos nesta pesquisa, que convergem com outros apresentados por Aquino e Vargas (2016), a divisão do ouro acontece diariamente entre os funcionários e os donos de máquina, representados por gerentes, logo após a pesagem. Em cada máquina trabalham em média quatro garimpeiros, sendo dividido entre estes 30% do total apurado. Os demais 70% ficam em poder do dono do garimpo como lucro e manutenção do investimento.

Contudo, para os garimpeiros, nem todos os garimpos são iguais. Existe uma diferenciação local de categorizações entre os “garimpos de amigos ou garimpos de família” e “outros não muito legais, ou desconhecidos”. Nos “garimpos de família” existem, em sua maioria, primos, irmãos e amigos que construíram laços sociais ou de parentesco antes de adentrar nesta atividade trabalhista. É válido salientar que esta formação “familiar” só foi construída após as primeiras incursões de migrantes advindos principalmente do Norte e do Nordeste brasileiro, forjada através das gerações de filhos, sobrinhos e netos de antigos garimpeiros. Os demais garimpos são formados por pessoas que não possuíam vínculos anteriores a chegada aos rincões da Floresta Amazônica e que não partilham, muitas vezes, de valores sociais em comum.

Até o início dos anos 2000, Oiapoque não se diferenciava das currutelas de garimpo quanto à importância do ouro como mecanismo de atribuição de valor de troca entre as mercadorias, tendo em vista que a moeda corrente na cidade era quase que exclusivamente o referido metal. Atualmente, outras formas de socialização no mercado das trocas são acionadas para além do ouro, apresentando-se como novo mecanismo de geração de riqueza local. As recentes configurações que se apresentam no comércio de Oiapoque, assemelham-se ao disposto por Albuquerque e Paiva (2015), quando analisam uma tríplice fronteira que enfrenta movimentos similares de negociatas e transações. Como aponta os autores, os fluxos produzidos engendram novos entrelaçamentos cotidianos e mesmo que “sejam destituídas de legalidade, não

são destituídas de princípios e valores que organizam as relações entre quem produz, vende e compra” (ALBUQUERQUE; PAIVA, 2015, p. 125).

Destarte, junto à moeda nacional brasileira, o Real, nos comércios locais qualquer pessoa pode adquirir produtos, a exemplo do abastecimento de combustível num carro, o serviço de cortar o cabelo, como também comprar um lanche com o Euro. Saber a cotação Euro/Real como também o valor do grama do ouro é uma prática comum entre muitos comerciantes fronteiriços, tendo em vista que o referido câmbio é realizado por grande parte dos vendedores e dos compradores em suas negociatas.

Os preços podem se situar próximos aos praticados nas casas de câmbio e nas joalherias no Brasil, por vezes com tendência para um menor valor objetivando torna-los atrativos aos compradores. Quando um garimpeiro vende seu ouro às joalheiras brasileiras, o valor do grama varia entre R\$80,00 e R\$ 110,00, levando-se em consideração a qualidade do minério.

Contudo, não apenas o dinheiro em espécie ou o ouro são preponderantes no mercado de trocas de bens. As negociatas adquirem características pessoais, em que a origem (nacionalidade) do comprador, sua aparência e o idioma servem para mapear o perfil e conseqüentemente o preço do produto.

Não é incomum mulheres ou homens brancos e loiros serem cumprimentados em lojas e restaurantes por vendedores e por garçons com um “*bonjour*” e posteriormente obterem a informação do preço do vestuário ou do prato que estão olhando em Euro. Muitas vezes estes mapas mentais de categorização utilizados pelos oiapoquenses não condizem com o perfil de comprador desejado, tendo em vista que muitos brasileiros de outros estados podem se assemelhar ao que estes comerciantes compreendem como um “europeu”. Sendo notória a frustração de um grupo de vendedores quando observa que seu cliente é brasileiro e fala o português.

Porém, a percepção sobre o perfil do estrangeiro que veio para realizar compras na cidade de Oiapoque cada vez mais se distancia de um modelo europeu idealizado. Aproxima-se o comércio local cada vez mais do brasileiro

que vive “do outro lado e ganha em Euro”, sendo a referida moeda uma das novas esperanças de manutenção da cidade de Oiapoque, após o fim do “fuxico do ouro”. Como aponta Rabossi (2015) as multiplicidades de mudanças de contexto locais partem de questões específicas do universo categorial em análise, ademais:

O fato de o movimento ocorrer precisamente em função da existência da fronteira. Contudo, isto não se deve à mera existência da fronteira, mas à sedimentação de diversos processos históricos que tornaram possível a existência de um lugar com as características singulares (RABOSSI, 2015, p.145).

Neste sentido, os conflitos relativos ao comércio e a influência do ouro e do Euro na economia local não se apresentam apenas no centro da cidade de Oiapoque. O distrito de Vila Brasil, identificado pelos moradores do Centro de Oiapoque como a principal fornecedora de comida e materiais para a garimpagem, enfrenta longo processo de discussão da influência do ouro e do Euro em sua economia.

Os habitantes do distrito tentam se desvencilhar da percepção de que são garimpeiros, afirmando que Vila Brasil é fundamental para a existência da “cidade”⁶, tendo em vista que as suas relações comerciais são efetivamente realizadas com Camopi. Ao passo que os comerciantes do distrito não reconhecem como legítimo o trabalho dos marreteiros, pois “não pagam impostos e ainda querem vender em Camopi mais barato”.

Uma trajetória

Os garimpos se configuram como espaços sociais em que novas práticas são incorporadas e redefinidas por atores que advêm de várias partes da América Latina e que por vezes não partilham os mesmos valores morais. A reconstrução de novas moralidades, alicerçadas em espaços onde regras de convivência apresentam redefinições constantes, propicia que outros modos de lidar com os conflitos sociais sejam entraves para se administrar em garimpos.

⁶Nomenclatura utilizada pelos moradores de Vila Brasil para identificação do município de Oiapoque.

O contato direto com as histórias de vida destes viajantes que percorreram longos caminhos até os garimpos imbrica em problematizações mais complexas para a própria experiência dos pesquisadores como também daqueles sujeitos da pesquisa, tendo em vista que estes pesquisados, ao mesmo tempo que são entrevistados, recapitulam suas experiências e atribuem novos significados ou reificam antigos em suas histórias de vida.

São nestas condições que Vila Brasil surge diretamente relacionada à trajetória de vida de migrantes considerados como comerciantes e políticos em Oiapoque. Aqui, apresentamos a trajetória de dois homens que chegaram à fronteira ainda na década de 1980, destacando-se, cada um ao seu modo, como pessoas que são ou foram “bem sucedidas” no referido município.

a) Mauro Maia⁷ veio jovem do Ceará para o Amapá, instalando-se primeiramente no Garimpo do Lourenço e um ano após em Oiapoque. Saiu de casa prometendo para a família que só voltaria ao Ceará quando conseguisse se “tornar gente na vida, um homem de bem, dando orgulho a mãe”. Sr. Mauro Maia, após alguns anos em Oiapoque, percebeu que a atividade da garimpagem no município se encontrava escassa pela quantidade de migrantes que lá chegavam diariamente.

Quando eu cheguei ao Oiapoque não tinha tanta gente, depois ficou muito. Eram barracas armadas na beira do rio. Uns tinham a sua, outros dividiam. A gente usava ali a bateia, era ir no rio e tirar. O garimpo era ali, onde é a orla hoje, na beira do rio. Depois foi ficando mais difícil, não estava aparecendo [ouro] tão fácil. Tinha gente com mais posses que depois trouxe a draga. Você sabe como é, ela puxa tudo. Aí a gente subiu para Vila Brasil (Entrevista com o senhor Mauro Maia, em julho de 2017).

Deslocou-se para Vila Brasil na década de 1980 objetivando menor concorrência e na busca de “garimpos melhores”. Observou que na referida comunidade poderia exercer outras atividades laborais para além da garimpagem. Sua percepção está diretamente relacionada aos fluxos migratórios, que também trazem consigo uma reformulação local das demandas por serviços,

⁷Denominaremos as pessoas entrevistadas a partir de nomes fictícios.

ao ter em vista que a existência de novas necessidades eram sempre constantes. Vários garimpeiros saíam do garimpo para Vila Brasil em busca de alimentação e também de diversão, o que levou Mauro Maia a mudar de profissão.

Ao observar o referido contexto, adquiriu um lote de terras de 400 hectares, onde hoje possui uma plantação de banana, de açaí e de outras plantas nativas, como também montou um comércio que passou a abastecer aqueles que seguiam para as florestas presentes no território francês como também no território brasileiro, além disso observou que os habitantes da cidade de Camopi precisavam de materiais para o abastecimento local.

A trajetória de Mauro Maia está diretamente vinculada a sua militância pela manutenção do distrito de Vila Brasil dentro do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Fundador e primeiro presidente da Associação dos Moradores de Vila Brasil, também integrou o conselho de gestão do PNMT. A luta pela manutenção de Vila Brasil é uma das principais ações de Mauro Maia. Apresentando-se como liderança da comunidade, se destaca como principal articulador das demandas por reconhecimento do direito (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011) de não remoção do distrito de Vila Brasil de dentro do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Contudo, sua liderança não é hegemônica, tendo de enfrentar várias lutas pela presidência da agremiação. Nestes momentos se exacerbam os embates entre as facções existentes no distrito, como é possível observar em sua fala:

No próximo dia 20 de agosto eu vou passar um questionário para todo mundo e vou perguntar quem é a favor e quem é contra o que está acontecendo. Tem que saber quem quer ir embora e quem quer ficar. Todo morador vai ter que dizer se tá do lado deles e a favor do Parque ou se tá do nosso lado e a favor da Vila Brasil! (Discurso proferido por Mauro Maia em julho de 2017)

Seu principal adversário no distrito, o senhor Cabeleira, também foi presidente da Associação dos Moradores de Vila Brasil. Eleito com o apoio do sr. Mauro, distanciou-se da liderança deste após assumir a presidência da agremiação. As disputas situacionais entre as duas lideranças para ser considerado o representante de Vila Brasil acontecem em diversos momentos.

Um destes aconteceu enquanto em campo, quando o sr. Cabeleira interpelou um dos pesquisadores:

Você foi na casa do Velho (seu Mauro), mas não foi na minha. Vou contar pra você a minha história, porque a verdade não é do jeito que ele conta não. Ele diz que ele manda aqui porque chegou antes, mas com ele só tá os grandes, os pequenos estão tudo comigo. Como o voto é que conta, na próxima eleição pra presidente de Vila Brasil eu vou ganhar (Conversa com o sr. Cabeleira em julho de 2017).

Exemplificados nas falas acima, destacamos que nos embates políticos locais vários dispositivos são acionados para demarcar as facções inseridas no campo de lutas, ao envolver estratégias de legitimação social, alicerçadas em categorias, como: antiguidade como morador local, representatividade para falar em nome da comunidade junto aos órgãos públicos, autoridade para identificar “os problemas da comunidade” como o alcoolismo, os pequenos furtos e drogas ilícitas, além da disputa por votos para eleger representantes no poder legislativo da cidade de Oiapoque, como também o presidente da Associação de Moradores do Distrito de Vila Brasil.

Inserem-se nestes embates apresentados nas falas recorrentes de moradores e principalmente de lideranças a exigência da adesão explícita a uma facção, quando exige-se que se diga “quem é a favor do Parque e quem é a favor da Vila Brasil”. Os conflitos e as lutas engendradas por facções políticas, caracterizam-se como produto das múltiplas relações sociais que permeiam a vida cotidiana. Em Vila Brasil estas práticas não são diferentes.

Considerações Finais

Neste trabalho levamos em consideração a maneira como garimpeiros e ex-garimpeiros que vieram à fronteira do Amapá com a Guiana Francesa construíram suas trajetórias. Similaridades que buscam justificar suas vidas no garimpo surgem em suas falas a partir de contextos situacionais específicos, cujas afirmações versam: “ficar melhor de vida”, “mudar de vida”, “dar uma vida boa a família”, “ser respeitado pela família”, “ser respeitado pelos ‘outros’” ou “só voltar pra casa quando tiver ‘bem’”. Estas terminologias acionam concepções

morais comuns que são compartilhadas entre garimpeiros que vieram de várias partes do Brasil, e na fronteira projetam seus futuros.

Nesta perspectiva, as concepções morais destes trabalhadores influenciam sua prática laboral, inculcando-a de significado. Busco também compreender as práticas de transmissão de aprendizados no uso de materiais, no compartilhamento de normas de socialização garimpeira e nos modos de pertencimento e de adesão a grupos formados dentro dos próprios garimpos que estão presentes nesse processo.

Referências

ALBUQUERQUE, J.L. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. *In: Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v.15, n 31, p.137-166, 2009.

ALBUQUERQUE, J.L.; PAIVA, L. F. S. Entre nações e legislações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). *In: Revista Ambivalências*, V.3, N.5, p. 115 – 148, Jan-Jun/2015.

ALICINO, R. **Clevelândia do Norte**. Guanabara: Editora do Exército Editora, 1971.

ANDRADE, R. F. **Malária e migração no Amapá**: projeção espacial num contexto de crescimento populacional. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, 2008.

AQUINO, J. P.D.; VARGAS, J. Criminalidade e Segurança Pública na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. *In: BARREIRA, César; TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (Org.). Paradoxos da Segurança Cidadã*. Porto Alegre: TOMO Editorial, 2016, v. 1, p. 89-102.

BOURDIEU, P. *L'illusion biographique. Actes de La Recherche em Sciences Sociales*, [s. l.], v. 62/63, p. 69-72, juin, 1986.

BOURDIEU, P. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. *In: Mana*, 2(2), 7-20, 1996.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PAIVA, L. F. S. Nas margens do Estado-nação: as falas da violência na tríplice fronteira amazônica, **TOMO (UFS)**, n.27, julho/dezembro, p.327-359, 2015.

PALHARES, J.M. Educação ambiental e sustentabilidade: o caso de Vila Brasil no município de Oiapoque Amapá-Brasil. *In: REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA*, v. 10, n. 2, 2016, p. 108-119.

OLIVEIRA FILHO, J. P. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *In: Encontros Com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 101-140, 1979.

RABOSSI, F. Tempo e movimento em um mercado de fronteira: *Ciudad del Este*, Paraguai. *In: Sociologia&Antropologia* | Rio de Janeiro, v.05.01: 405 – 434, agosto, 2015.

ROMANI, C. Um eldorado fora de época. A exploração dos recursos naturais no Amapá. *In: Revista Projeto História*, São Paulo, n. 42, p.271 – 302, jun. 2011.

SILVA, G. V. **Usos Contemporâneos da fronteira franco-brasileira**: entre os ditames globais e a articulação local. 1. ed. Macapá: UNIFAP, 2014.

SILVA, J. M. **Amazônia em contexto**: uma perspectiva antropológica. Curitiba: CRV, 2016.

SILVA NETO, A. S.; LANDIM NETO, F. O. Conflitos socioambientais entre a comunidade da sede distrital de Vila Brasil, Oiapoque – Amapá e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. *In: REDE : Revista Eletrônica do PRODEMA*, v. 11, p. 57-67, 2017.

SOARES, C.; CHELALA, C. O Caso de Vila Brasil no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. *In: PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Nº 2. Dez. 2009.